

# O escopo limitado da renegociação na fase 3

Vão sendo conhecidos, pouco a pouco, os detalhes da proposta que o governo levará para discussão com os credores no início de novembro. Está claro agora que ela será basicamente centrada no reescalonamento de amortizações a vencer até 1990, num total calculado em mais de US\$ 60 bilhões. Paralelamente, o governo procurará reescalonar outros US\$ 9 bilhões junto aos governos informalmente agrupados no Clube de Paris. Excluída a hipótese de conseguir dinheiro novo, o governo não está disposto a insistir na obtenção de uma redução mais substancial do "spread", que poderá ficar em 1,5%, uma taxa superior à negociada pelo México (1,125%).

Embora a expressão "plurianual" dê a impressão de que se trata de uma renegociação grandiosa, ela terá um escopo bastante limitado. Pode-se argumentar que o fato de os bancos internacionais concordarem com o reescalonamento de amortizações por um valor tão elevado representa uma demonstração de boa vontade

com relação ao Brasil. Mas, na realidade, os credores não têm escolha, sabendo que o País simplesmente não tem meios para fazer os pagamentos nos prazos estabelecidos. O pressuposto era de que tais amortizações fossem automaticamente reescalonadas, como vêm sendo, aliás, por muito tempo, através de refinanciamen-

O essencial é que uma renegociação nos moldes agora previstos não deverá dar tranquilidade para a condução de uma política econômica voltada para o crescimento. Sim, nas projeções do governo, considera-se que o País possa voltar a crescer a uma taxa média de 5,6% ao ano, até o fim da década, o que parece bastante razável. Mas isso dependerá diretamente do comportamento da balança comercial no período e de outras variáveis inteiramente fora do controle do governo brasileiro, como o crescimento do produto real nos países industrializados e a demanda por nossas exportações.

Reescalonadas as amortiza-

ções a pagar nos próximos anos, é eliminada uma perturbadora covela no perfil da dívida, estando previstos pagamentos de quase US\$ 40 bilhões apenas no período 1985-87, mas o País continua tendo de cobrir integralmente o déficit de serviços, que deverá ser da ordem de US\$ 14 bilhões a US\$ 16 bilhões por ano. Isso deverá ser feito basicamente através do superávit da conta de comércio, mais investimentos diretos e créditos de instituições financeiras internacionais. O resultado será uma brutal transferência real de recursos para o exterior nos próximos anos, sem que um centavo da dívida para com os bancos privados venha a ser amortizado.

Se o Brasil contasse com um fluxo turístico que carreasse bilhões de dólares para o País ou com vultosas remessas financeiras de trabalhadores residentes no exterior, como ocorre com outros países, as dificuldades poderiam ser consideravelmente amenizadas. Mas, como isso não se verifica e a cada ano é menor a atratividade do Brasil para investi-

mentos externos, o País, se mantidos os termos da renegociação projetada, terá de conviver com um enorme peso de pagamento de juros sobre a dívida por um período ilimitado.

A médio prazo, a situação, ao que tudo indica, não será dramática. Se, de fato, ao fim deste ano o País tiver disponibilidades cambiais da ordem de US\$ 7,5 bilhões a US\$ 8 bilhões, como agora estimam as autoridades monetárias, e se a balança comercial puder continuar apresentando em 1985-86 superávits acima de US\$ 10 bilhões e se não houver ainda uma explosão da taxa internacional de juros, o esquema poderá funcionar.

Contudo, se tais condições não se verificarem, o País será lançado numa crise cambial pior do que a de 1982-83, dando razão aos que afirmam que os grandes desafios relacionados ao endividamento externo deverão configurar-se nos próximos anos. A fase 3 poderá ser vista então como uma mera solução paliativa.